Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Demonstração do fluxo de caixa	€
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



Edifício Phelps Offices Tower

Rua Antônio De Albuquerque 156, 10° e 11° andares Bairro Funcionários 30112-010 - Belo Horizonte Tel: +55 31 3232 2100

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Conselheiros do **Instituto Inhotim** Brumadinho - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Inhotim ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Inhotim em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucro).

Base para opinião

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica as ações tomadas pelo Instituto diante da redução das doações recebidas no ano. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Essas demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios do Instituto, e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos no caso de eventual paralisação e/ou descontinuidade de suas atividades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucro), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em



relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2019.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Cláudia Gomes Pinheiro Contadora CRC-1MG089076/O-0

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Circulante			9870000
Caixa e equivalentes de caixa	4	402	240
Valores vinculados - convênios e projetos	10	1.990	3.931
Contas a receber	5	711	226
Estoques		285	313
Outros valores		30	68
) .	3.418	4.778
Não circulante			01
Deposito judicial	18	21	21
Imobilizado	6	11.584	11.778
Intangível		57	60
	-	11.662	11.859
Total do ativo	12 12	15.080	16.637

	Notas	2018	2017
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		523	533
Obrigações sociais e trabalhistas	7	2.744	2.828
Obrigações tributárias	8	175	211
Valores vinculados - convênios e projetos	10	4.641	5.306
Outras obrigações		100	20
<u></u>		8.183	8.898
Não circulante			
Provisões para riscos	9	300	790
Obrigações sociais e trabalhistas	9 7	2.195	145
	_	2.495	935
Patrimônio líquido	11		
Patrimônio social		1	1
Superávit acumulado		4.401	6.803
Total do patrimônio líquido	=	4.402	6.804
Total do passivo e patrimônio líquido	_	15.080	16.637

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Receita líquida de doações, revendas e serviços Custo dos produtos vendidos e serviços	12	28.769 (2)	35.083 (9)
Superávit bruto		28.767	35.074
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com pessoal	13	(14.904)	(11.779)
Despesas administrativas	14	(17.325)	(23.286)
Despesas tributárias		(91)	(120)
Provisão para riscos		387 385 38	(790)
Outras (despesas) receitas operacionais		1.562	95
Déficit antes do resultado financeiro	·-	(1.991)	(806)
Resultado financeiro		7	228
Receitas financeiras		(418)	(360)
Despesas financeiras	-	(411)	(132)
Déficit do exercício	-	(2.402)	(938)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Déficit do exercício	(2.402)	(938)
Outros resultados abrangentes Resultado abrangente do exercício	(2.402)	(938)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1	7.741 (938)	7.742 (938)
Déficit do exercício Saldos em 31 de dezembro de 2017	1	6.803	6.804
Déficit do exercício	9■	(2.402)	(2.402)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1	4.401	4.402

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit/Deficit do exercício	(2.402)	(938)
Depreciação	558	593
Amortização	27	36
Doação obra de arte/terrenos	(147)	= €()
Constituição (reversão) de provisão	(490)	(7)
Baixa imobilizado	151	186
	(2.303)	(130)
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	(485)	671
Estoques	28	211
Outros valores	38	59
	(419)	941
Aumento (redução) de passivos	(40)	(70)
Fornecedores	(10)	(70)
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	1.930	(394)
Valores vinculados - convênios e projetos	1.276	77
Outras obrigações	80	(41)
	3.276	(428)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	554	383
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição do ativo imobilizado	(368)	(562)
Aquisição de intangível	(24)	(10)
Caixa líquido consumido nas atividades investimento	(392)	(572)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	162	(189)
Caixa e equivalentes de caixa	240	429
No início do exercício	402	240
No final do exercício	162	(189)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	102	(109)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Instituto Inhotim, fundado em 2 de novembro de 2002, é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede no município de Brumadinho/MG. Suas operações constituem-se basicamente em incentivar e promover atividades e projetos nas áreas culturais, meio ambiente, patrimônio cultural, educação, geração, difusão e transferência de conhecimento, inclusão social e práticas de governanca e cidadania.

As operações podem ser efetuadas por meio de ações próprias ou em parcerias com instituições públicas e/ou privadas, através do apoio e fomento dessas atividades.

As atividades do Instituto Inhotim são financiadas, principalmente, por meio de captação de recursos via Lei Federal de Incentivo à Cultura. Além disso, recursos oriundos de pessoas físicas e jurídicas por meio de doações, bem como vendas de ingressos para visitação do Instituto.

O Instituto Inhotim possui ainda diversas parcerias com entidades governamentais para desenvolvimento de projetos específicos, como o Governo Federal por meio de alguns Ministérios e o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria Estadual de Cultura, dentre outras. Nesses casos, os recursos para desenvolvimento dos projetos são liberados pelo respectivo órgão governamental e o Instituto é responsável pela aplicação desses recursos no desenvolvimento desses projetos. Após a finalização do projeto, o Instituto presta conta dos gastos incorridos.

Um fato relevante que afeta as atividades do Inhotim nos próximos anos foi o rompimento, em 25 de janeiro de 2019, da barragem de contenção de rejeitos da mina Córrego do Feijão, no município de Brumadinho. Esse acontecimento afetou e tem afetado diretamente o Instituto Inhotim.

O rompimento ocorreu a cerca de 20Km do Instituto. Seu espaço físico não foi atingido e seus funcionários não foram atingidos diretamente. Nenhum funcionário da instituição perdeu a vida na tragédia.

O Instituto, em seu planejamento estratégico, terá um papel ainda mais fundamental em Brumadinho. Além de ser um dos maiores empregadores da região, com cerca de 450 colaboradores moradores do município, e desenvolver uma série de projetos socioeducativos que transformam a vida de milhares de jovens e adultos, Inhotim movimenta a economia da cidade. O turismo, principal saída para reerguer Brumadinho, terá o Instituto como âncora neste processo.

Neste contexto, novas empresas e órgãos governamentais têm demonstrado interesse em continuar e ampliar seu apoio às atividades do Instituto, colaborando assim para a retomada da cidade. No primeiro semestre de 2019, o Instituto confirmou parceria com grandes empresas como Aliança Energia, CBMM, Cemig, Localiza, Taesa, Unimed-BH, Vale e Banco Itaú. Além disso, possui contratos vigentes que serão renovados no decorrer de 2019 e 2020.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional -- Continuação

É de entendimento da Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais e tributários, que as doações, bem como o superávit das demais atividades operacionais, não estão sujeitos à tributação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e demais impostos sobre o patrimônio e renda, conforme determinado pelo artigo 150, inciso IV, alínea "c", da Constituição Federal e da isenção conferida pela Lei nº 9.532/97, em relação à incidência de IRPJ e CSLL (contribuição social) sobre o superávit líquido.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Bases de preparação

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil - para entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002-R1), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

Adicionalmente, o Instituto considera as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para divulgação em ata de reunião do Conselho de Administração em 08 de julho de 2019.

2.2. Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até 90 dias em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Contas a receber de clientes

Os clientes são avaliados inicialmente pelo montante original e, quando aplicáveis, são acrescidos de encargos.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio e o valor realizável líquido.

d) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, rendimentos e variações monetárias auferidas e provisão para perdas.

e) <u>Imobilizado</u>

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

O Instituto utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Os gastos com manutenção dos ativos do Instituto são alocados diretamente ao resultado do exercício quando são efetivamente realizados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

g) Fornecedores

Refere-se às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios do Instituto, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

h) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, do correspondente encargo incorrido.

i) Valores vinculados - convênios e projetos

As entradas e saídas de recursos destinadas à execução de instrumentos de convênios e projetos são registradas em contas individuais do ativo e do passivo, não existindo qualquer impacto na demonstração do superávit/déficit do Instituto.

i) Apuração das receitas e despesas

As receitas compreendem os ingressos vendidos, subvenções, doações recebidas, patrocínio, locação de espaço para eventos, descontos obtidos e rendimentos das aplicações financeiras. As receitas oriundas de doações são registradas mediante a documentação hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

As despesas compreendem os gastos incorridos pelo Instituto no exercício de suas atividades, bem como encargos e variações monetárias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

I) Provisão para riscos

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

m) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou contratação.

A utilização de instrumentos financeiros pelo Instituto está restrita à caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Instituto não possui qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

n) Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2018

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

Emitida em janeiro de 2016 e em substituição ao CPC 06 (R1) - Operações de arrendamento mercantil, o CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros, o CPC 06 (R1).

Para o CPC 06 (R2), que entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019, o Instituto irá adotar quando entrar em vigor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis--Continuação

o) <u>Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pelo</u> <u>Instituto</u>

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Essa norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O Instituto não identificou impactos sobre a adoção inicial.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual o Instituto espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o CPC 30 – Receita, o CPC 17– Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. O Instituto adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2018, data efetiva da adoção inicial.

O Instituto realizou uma análise detalhada do CPC 47 e não identificou impactos materiais com relação às políticas contábeis adotadas atualmente.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Instituto faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

a) Provisões para riscos

O Instituto é parte de certos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam expectativa de perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos. A Administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

b) Vida útil do ativo imobilizado

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada na avaliação de profissionais do Instituto e consultores externos e é revisada regularmente. A Administração acredita que a vida útil está corretamente avaliada e apresentada nas demonstrações contábeis.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Imobilizado	Vida útil
Móveis e utensílios, instalações e máquinas e equipamentos	6 a 12 anos
Equipamentos de informática	2 a 12 anos
Veículos	4 a 12 anos
Instrumentos musicais	8 a 15 anos
Biblioteca - livros	8=

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	40	43
Bancos conta movimento	215	144
Aplicações financeiras	147	53
The Invariance action to any interesting and interesting	402	240

As aplicações financeiras apresentam liquidez imediata, baixo risco e são feitas em caderneta de poupança e recursos aplicados em CDBs (Certificados de Depósito Bancário), com variação próxima ao CDI (Cerificado de Depósito Interbancário), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros.

5. Contas a receber

	2018	2017
Contas a receber com venda de ingressos	169	205
Outros	542	21
	711	226

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

6. Imobilizado

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

2018	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos Instrumentos de informática musicais	Instrumentos musicais	Biblioteca	Obras de arte (doação)	Total
10 m										
Custos Saldo em 31/12/2017	7 956	1 850	837	1 933	22	1 490	73	86	1.007	15 254
Adicões)	27	168	15	'	147	7:)	147	515
Baixas	1	(18)	(168)	(26)	•	(29)		1	٠	(241)
Saldo em 31/12/2018	7.956	1.859	837	1.922	22	1.608	84	98	1.154	15.528
Depreciação										
Saldo em 31/12/2017	1	(683)	(172)	(1.218)	(22)	(1.315)	(33)	(33)	ij	(3.476)
Adições		(171)	(82)	(184)		(104)	(8)	(e)	1	(228)
Baixa		16	32	17	1	25		1		90
Saldo em 31/12/2018		(838)	(222)	(1.385)	(22)	(1.394)	(41)	(42)		(3.944)
Valor residual em 31/12/2018	7.956	1.021	615	537	•	214	43	44	1.154	11.584

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

6. Imobilizado--Continuação

Total		14.947	562	(255)	15.254		(2.952)	(293)	69	(3.476)	11.778
Obras de arte (doação)	2.0	1.007	1	í	1.007		1	,			1.007
Biblioteca	1	81	5		86		(23)	(10)	1	(33)	53
	i	92	က	r	73		(24)	(6)	Vi.	(33)	40
Equipamentos Instrumentos de informática musicais	ļ	1.4//	36	(23)	1.490		(1.186)	(149)	20	(1.315)	175
Veículos	ć	7.7	Ĭ.	1	22		(22)	£	1	(22)	Ē
Móveis e utensílios	č	2.014	_	(82)	1.933		(1.067)	(190)	39	(1.218)	715
Instalações	i I	76/	194	(149)	837		(101)	(81)	10	(172)	665
Máquinas e equipamentos	3	1.528	323	(1)	1.850		(529)	(154)		(683)	1.167
Terrenos	1	968.7	6	.T.()	7.956		ı		1	1	7.956
2017	Custos	Saido em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017	Depreciação	Saldo em 31/12/2016	· Adições	Baixa	Saldo em 31/12/2017	Valor residual em 31/12/2017

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

7. Obrigações sociais trabalhistas

	2018	2017
INSS	3.057	988
FGTS	72	78
Férias e encargos	1.774	1.871
Outros	36	36
	4.939	2.973
Circulante	2.744	2.828
Não Circulante	2.195	145
Total	4.939	2.973

8. Obrigações tributárias

	2018	2017
IRRF sobre folha	97	141
PIS sobre folha	9	10
ISSQN	10	10
Outros	59	50
	175	211

9. Provisões para riscos

A Administração do Instituto, com base na opinião de seus consultores jurídicos, revisa as contingências conhecidas, avaliando as possibilidades de eventuais perdas.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, o Instituto constituiu provisão relacionada aos processos cuja expectativa de perda é considerada provável, conforme demonstrado abaixo:

	Trabalhista
Saldo em 31 de dezembro de 2017	790
Provisão	-
Reversão de provisão	(490)
Atualização	10 mm
Pagamento	·=
Saldo em 31 de dezembro de 2018	300

O Instituto não possui nenhum processo cuja expectativa de perda é considerável possível.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

10. Valores vinculados - convênios e projetos

Convênios e projetos em andamento

convenies o projectes can annuality							
	2017	Valores recebidos	Valores devolvidos	Valores transferidos	Atualização	Valores utilizados	2018
Amigos do Inhotim	_	1	1	, i	•	(5)	
Convênios BIC-PIBIC (iii)	9	26	1		(1)	(24)	80
Democratização Cultural 2015 (ii)	121	•	1		2	(36)	31
Fundo Clima (v)	1.629	3	(1.227)		2	(99)	341
Livro Inhotim (vi)	191	•	e p 1	ı		î p	191
Manutenção 2017 (i)	2.711	9		(2.576)	80	(6)	134
Manutenção 2018 (i)	1:10	7.806	•	2.576	15	(9.611)	786
Manutenção 2019 (i)	. 18	976	1	•	(Ē		976
Escola Vai ao Museu 2018 (vii)	1	2.169			Ü	(248)	1.620
Escola de Cordas (iv)	23	•	•		ř	, (4)	19
Total Convênios e projetos em andamento	4.682	10.977	(1.227)	٠	33	(10.360)	4.106
Total Convênios e projetos encerrados ou com saldo de ativo imobilizado	624	100		<u>ja</u>	2	(191)	535
Total valores vinculados - passivo	5.306	11.077	(1.227)	1	35	(10.551)	4.641
Provisões de pagamentos de despesa	neg	ij	Ē	ï	(1.270)	,	(1.270)
Estoque de projetos	(341)	Ĩ		•	227	31	(114)
Imobilizado de projetos encerrados	(744)	ì). 1	(33)	.1	(783)
Imobilizado de projetos em andamento	(290)	Ü	•	S. #12	(194)		(484)
Valores vinculados - ativo	3.931	1	U)		(1.941)	•	1.990

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

10. Valores vinculados - convênios e projetos--Continuação

A partir do momento da aprovação e recebimento dos valores de cada convênio ou projeto, o Instituto reconhece um ativo e um passivo, no mesmo valor, cujos montantes são realizados pelo princípio contábil da competência. Os valores vinculados do ativo estão aplicados em caderneta de poupança.

As contas dos valores vinculados do ativo circulante não contemplam os pagamentos que ocorrerão nos meses subsequentes, mas provisionados pelo critério de regime de competência nas contas do passivo circulante.

- (i) O projeto Manutenção (2012 a 2019) Pronac 177142, Pronac 183881 Plano Anual de Atividades e Manutenção O Instituto Inhotim visa contemplar ações de manutenção da estrutura física do Instituto, manutenção técnica e conservação preventiva do acervo artístico e botânico, segurança física e patrimonial, infraestrutura de acesso, atendimento e despesa com pessoal e desenvolvimento da programação cultural, pedagógica e social desenvolvidas. A manutenção foi viabilizada por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura e contou com o patrocínio das seguintes empresas: Localiza Fleet S/A; Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração; Light Energia S.A.; Aliança Geração de Energia S.A.; Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.; Minerações Brasileiras Reunidas a MBR; Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico; Companhia Energética de Minas Gerais; Aliança Geração de Energia S.A; Companhia Nipo Brasileira de Pelotização Nibrasco; Itaú Seguros S.A.; Itaú Unibanco S.A.; e pessoas físicas diversas.
- (ii) Democratização Cultural 2015 o projeto foi composto por dois projetos de arte-educação voltados para promoção do acesso à arte e à cultura por meio de ações de formação continuada que têm como objetivo a construção, a manutenção e ativação de redes de colaboração, colocando em contato sujeitos e instituições que se aproximam em ações e pensamentos. Além disso fez parte deste projeto um desenvolvimento de um aplicativo que agregou valor as atividades já desenvolvidas no projeto.
- (iii) O convênio com a Fapemig Fundação de Amparo de Pesquisa de Minas Gerais, PIBIC e BIC Junior tem como objetivo a concessão de pagamento de bolsas de iniciação científica.
- (iv) O Projeto Escola de Cordas refere-se à realização de atividades da Escola de Cordas Inhotim, no município de Brumadinho, e objetiva preencher uma lacuna importante de tradição de bandas de música da região.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

10. Valores vinculados - convênios e projetos--Continuação

- (v) O Convênio Fundo Clima firmado com o Ministério do Meio Ambiente teve como objetivo desenvolver tecnologia de recuperação de carbono e área degradada por mineração através de pesquisa e estudo em área de reserva legal (área protótipo) e em comunidade local (área de replicação) objetivando o desenvolvimento comunitário desta.
- (vi) O Projeto Livro Inhotim produção de um livro (composto por três volumes) comemorativo de 10 anos do Instituto Inhotim, contemplando o trabalho desenvolvido com arte contemporânea e meio ambiente além dos projetos de educação e de inclusão social desenvolvido pelo Inhotim em Belo Horizonte, Brumadinho e região. O patrocinador deste projeto foi a CBMM.
- (vii) Programa de formação e visitas de alunos e professores da rede estadual de educação, promovendo a utilização dos acervos artístico, botânico e patrimonial do Instituto Inhotim como recurso pedagógico para a acessibilidade, a inclusão e a valorização da identidade cultural. Foram desenvolvidas atividades no Instituto Inhotim e na plataforma online Rede Educativa Inhotim, com o objetivo de valorizar os sujeitos como agentes multiplicadores.

11. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido compreende o patrimônio social inicial, acrescido/decrescido dos valores de superávit/déficit dos exercícios.

12. Receitas líquida de doações, revendas e serviços

	2018	2017
Doações	11.150	8.397
Ingressos	6.302	8.011
Receitas com parcerias	336	1.529
Vendas	113	281
Receita de aluguel	558	772
Projetos e convênios - com restrição (Nota 10)	10.551	16.321
The state of the s	29.010	35.311
(-) Deduções da receita bruta		
Descontos	(8)	(8)
ICMS	(13)	(13)
ISSQN	(220)	(207)
	(241)	(228)
Receita líquida	28.769	35.083

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

13. Despesas com pessoal

	2018	2017
Salários	(5.551)	(3.782)
Encargos (INSS e FGTS)	(4.204)	(3.402)
Férias	(1.326)	(1.376)
13º salário	(944)	(988)
Benefícios concedidos	(1.899)	(1.612)
Outras	(980)	(619)
	(14.904)	(11.779)

14. Despesas administrativas

	2018	2017
Aluguéis e condomínio		(243)
Água, luz e telefone	(615)	(1.180)
Despesas de manutenção e materiais de consumo	(1.079)	(356)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(1.695)	(1.688)
Viagens e estadias	(150)	(180)
Locação de máquinas, veículos e equipamentos	(614)	(876)
Refeição e lanches	(47)	(179)
Despesas com depreciação e amortização	(585)	(629)
Despesas com jardim	(128)	(82)
Serviços gráficos	(137)	(60)
Manutenção de sistemas	(231)	(205)
Projetos e convênios - com restrição	(10.551)	(16.321)
Segurança e vigilância	(469)	(709)
Despesa Internet	(126)	(69)
Combustível e lubrificante	(149)	(135)
Propaganda e publicidade	(499)	(156)
Seguros	(70)	
Outros	(180)	(218)
	(17.325)	(23.286)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros do Instituto encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e a administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

O Instituto não aplica em derivativos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis destes, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

As operações do Instituto estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Risco de crédito

O saldo de contas a receber do Instituto é constituído por saldos a receber decorrentes da venda de ingressos, os quais são efetuados principalmente através de cartões de crédito.

O Instituto efetua as aplicações financeiras em instituições que apresentam solidez financeira no mercado, reduzindo o risco de perda.

b) Risco de liquidez

O Instituto administra a liquidez do caixa, através de premissas de desembolsos e recebimentos futuros, que são monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

16. Cobertura de seguros

O Instituto adota política de avaliação e monitoramento de riscos em suas operações, e, de acordo essa política, faz contratações de seguros julgados suficiente pela Administração, para cobrir eventuais sinistros.

Natureza	Valor
Incêndio, raio e explosão	8.500
Responsabilidade civil	1.050
Seguro de Obra de Arte	869

Diretor

Instituto Inhotim

Antônio Carlos Grassi

Diretor Executivo CPF: 155.611.356-00

Responsável técnico

Frederico Yuri Abreu Mendes Contador CRC-MG 104.171/O-0